pelo Decreto-Lei n.º 119/92 de 30 de junho e alterado e republicado pela Lei n.º 123/2015 de 2 de setembro, e no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, delego a competência que estatutariamente me está atribuída para presidir ao conselho de admissão e qualificação (CAQ) no vice-presidente nacional Engenheiro Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro.

2 — O vice-presidente nacional com poderes delegados fica assim habilitado a praticar todos os atos da competência do presidente do CAQ, devendo mencionar essa qualidade no uso da delegação.

3 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

4 — Dê-se conhecimento aos membros do conselho diretivo nacional, do conselho de admissão e qualificação, do conselho coordenador de colégios e do conselho jurisdicional.

5 — Publique-se.

25 de maio de 2016. — O Bastonário, *Eng.º Carlos Mineiro Aires*.
209661343

Despacho n.º 8272/2016

Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires, na qualidade de bastonário, confere os seguintes poderes a:

a) Eng.º João Vaz Lopes, Eng.º Miguel Pinto e Dra. Salomé Moreira para administrarem a plataforma eletrónica Gatewit;

b) Eng.º João Vaz Lopes e Dr. Vítor Rosa para, no âmbito da mesma plataforma, assinar as peças dos procedimentos de contratação pública aprovados pelo conselho diretivo nacional, ou por si com competência delegada;

c) Dr. João Roseiro, Sr. Nuno Rodrigues e Dr.ª Graça Câmara (esta para apoio pelo período de 6 meses) para, como utilizadores, executarem na referida plataforma, o processamento dos procedimentos de contratação pública aprovados pelo conselho diretivo nacional, ou por si com competência delegada.

25 de maio de 2016. — O Bastonário, *Eng.º Carlos Mineiro Aires*.
209665629

Despacho n.º 8273/2016

Delegação de poderes do Bastonário

Presidência do Conselho Coordenador dos Colégios

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 e na alínea b) do n.º 4 do artigo 38.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros (OE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92 de 30 de junho e alterado e republicado pela Lei n.º 123/2015 de 2 de setembro, e no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, delego a competência que estatutariamente me está atribuída para presidir ao conselho coordenador dos colégios (CCC) no vice-presidente nacional Engenheiro Fernando Manuel de Almeida Santos.

2 — O vice-presidente nacional com poderes delegados fica assim habilitado a praticar todos os atos da competência do presidente do CCC, devendo mencionar essa qualidade no uso da delegação.

3 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

4 — Dê-se conhecimento aos membros do conselho diretivo nacional, do conselho coordenador de colégios, do conselho de admissão e qualificação e do conselho jurisdicional.

5 — Publique-se.

25 de maio de 2016. — O Bastonário, *Eng.º Carlos Mineiro Aires*.
209661351

Despacho n.º 8274/2016

Suplência do Bastonário

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 38.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros (EOE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho, alterado e republicado pela Lei n.º 123/2015 de 2 de setembro, compete ao bastonário presidir:

- Ao conselho diretivo nacional;
- Ao conselho de admissão e qualificação;
- Ao conselho coordenador dos colégios;
- À comissão executiva do congresso;
- À convenção dos delegados distritais e insulares.

Na sua qualidade de diretor da revista *Ingenium* preside também ao conselho editorial da revista.

Dispõe o n.º 1 do artigo 38.º do EOE que o bastonário é “coadjuvado por dois vice-presidentes, membros do conselho diretivo nacional”.

Por seu turno o n.º 3 do mesmo artigo estabelece que “o bastonário pode delegar nos vice-presidentes e nos presidentes dos conselhos diretivos regionais qualquer uma das suas competências”.

Por sua vez o n.º 4 determina que “compete aos vice-presidentes:

a) Coadjuvar o bastonário nas suas funções, substituindo-o nas suas ausências e impedimentos;

b) Executar as atribuições de competência do bastonário que por eles forem delegadas.”

Pelo meu despacho de 25 de maio de 2016 deleguei os poderes para presidir ao conselho de admissão e qualificação no vice-presidente nacional Engenheiro Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro.

Por outro meu despacho da mesma data, deleguei os poderes para presidir ao conselho coordenador dos colégios no vice-presidente nacional Engenheiro Fernando Manuel de Almeida Santos.

O Código do Procedimento Administrativo (CPA) determina a utilização do critério da antiguidade no órgão para suplência do respetivo presidente (artigo 22.º).

Assim sendo, nas minhas ausências e impedimentos, a presidência de reuniões que me está estatutária, regulamentar ou por deliberação atribuída, e de que não deleguei poderes, bem como o despacho de assuntos correntes cometidos ao bastonário, serão asseguradas pelo vice-presidente nacional (VPN) Engenheiro Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro por ser o VPN mais antigo no cargo.

Na ausência ou impedimento simultâneo do bastonário e do vice-presidente nacional Carlos de Almeida e Loureiro, a suplência do bastonário é feita pelo vice-presidente nacional Engenheiro Fernando de Almeida Santos.

Siga ao conhecimento do conselho diretivo nacional e do conselho jurisdicional para, querendo, se pronunciarem.

25 de maio de 2016. — O Bastonário, *Eng.º Carlos Mineiro Aires*.
209661408

ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

Edital n.º 529/2016

Fernando Jorge dos Ramos, Presidente do Conselho Jurisdicional Nacional da Ordem dos Farmacêuticos, faz saber, nos termos do artigo 107.º, n.º 3, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos (Lei n.º 131/2015, de 4 de setembro) que, no âmbito dos autos do processo disciplinar que correu termos por este Conselho e nos quais é arguido o Senhor Dr. João Pedro Pissarra Mendonça, titular da Carteira Profissional n.º 10788, foi-lhe aplicada a sanção disciplinar de suspensão da atividade profissional pelo período de 15 anos, prevista no artigo 118.º, alínea d, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 288/2001, de 10 de novembro, vigente à data da ocorrência dos factos, por violação dos deveres consagrados nos artigos 80.º, 82.º, 87.º, alíneas b) e d), 90.º, alíneas a), c) e f), e 100.º, números 1 e 2 desse Estatuto.

A medida disciplinar de suspensão, que implica a proibição do exercício da atividade farmacêutica ou a prática de atos próprios da profissão, teve início em 9 de fevereiro de 2016.

10 de fevereiro de 2016. — O Presidente do Conselho Jurisdicional Nacional da Ordem dos Farmacêuticos, *Fernando Jorge dos Ramos*.
209662453

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Despacho n.º 8275/2016

Nomeação da Vice-Reitora para a Área Financeira, Planeamento e Avaliação

Ao abrigo do disposto, nomeadamente, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 88.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime jurídico das instituições de ensino superior), conjugado com o artigo 47.º do Despacho Normativo n.º 65-A/2008, de 10 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 22 de dezembro (Estatutos da Universidade dos Açores), na redação dada pelo Anexo ao Despacho Normativo n.º 12/2014, de 25 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 2 de setembro, e pelo Despacho Normativo n.º 10/2015, de 3 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 11 de